



ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol. 15 No 6 Outubro 2013



Paz Regional SADC mira estabilidade

por Joseph Ngwawi

CIMEIRA DA SADC anual terminou no dia 18 de Agosto na capital do Malawi, Lilongwe, com um apelo unânime à paz na República Democrática do Congo e Madagáscar, solicitando ao mesmo tempo a necessidade de uma acção em várias frentes para acelerar a agenda de integração regional.

A 33ª Cimeira Ordinária de Chefes de Estado e de Governo da SADC apelou a todos os actores congoleses para participarem nas consultas nacionais inclusivas no País de forma a se encontrar uma solução política duradoura.

A cimeira apelou para a convocação de uma Cimeira urgente da SADC e da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (ICGLR). A RDC é membro da SADC e da ICGLR, e actualmente há dois processos paralelos que estão a ser desencadeados pelas duas organizações para resolver a crise política.

A RDC mergulhou numa crise política no ano passado quando os rebeldes anti-governamentais do auto intitulado Movimento 23 de Março (M23) invadiram e capturaram a cidade de Goma, causando o deslocamento de pessoas e a perda de vidas e bens.

A Cimeira elogiou as Negociações de Kampala entre o Governo da RDC e os rebeldes do M23 e "notou que as conversões têm estado a se arrastar

por muito tempo e que, em algum momento, deve ser fixado um prazo razoável para o seu término."

As negociações de paz começaram depois que os líderes da SADC e da ICGLR se reuniram em Kampala em Novembro de 2012 para buscar soluções para a situação de segurança no Leste da RDC, onde os rebeldes do M23 têm lutado contra as forças do governo.

O Uganda, que actualmente ocupa a Presidência da ICGLR, tem estado a acolher as negociações desde Dezembro do ano passado.

Contudo, as negociações preliminares vacilaram depois que os dois lados em conflito não chegaram a acordo sobre a adopção de regras de procedimento e agenda, incluindo questões de cessar-fogo e amnistia geral.

Os rebeldes ameaçaram marchar para Kinshasa, a capital do mais vasto e rico País em minerais.

Oito Estados Membros da SADC se comprometeram em enviar pessoal para a RDC.

Trata-se de Angola, Lesotho, Malawi, Maurícias, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbabwe.

A Cimeira notou com satisfação a evolução positiva em Madagáscar, especialmente no que diz respeito à decisão do recém-formado Tribunal Eleitoral Especial em retirar nove candidatas da corrida presidencial.

continua na página 2...

POLÍTICA	3
CIMEIRA	4-5
INFRA-ESTRUTURA	6
SEGURANÇA ALIMENTAR	7
ENERGIA	8-9
GÉNERO	10
TURISMO	11
ELEIÇÕES	12
PAZ & SEGURANÇA	13
COOPERAÇÃO	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

SADC mira estabilidade

A lista dos candidatos retirados inclui Andry Rajoelina, Ravalomanana Lalao, esposa do ex-presidente Marc Ravalomanana e o ex-presidente Didier Ratsiraka, que ignoraram uma decisão da SADC de não participar nas eleições.

O Presidente Rajoelina e ex-Presidente Marc Ravalomanana - os dois principais rivais no cenário político de Madagascar - tinha inicialmente acordado em não participar nas eleições presidenciais de 25 de Outubro para evitar qualquer repetição das manifestações que acompanharam o golpe de 2009.

No entanto, os dois têm desconsiderado os seus acordos, com Rajoelina ignorando um pedido da SADC de não concorrer nas próximas eleições ao apresentar os seus documentos de candidatura ao Tribunal Eleitoral Especial.

Ravalomanana apoiou a sua esposa, Lalao Ravalomanana, para concorrer nas próximas eleições.

O Madagascar mergulhou-se numa crise constitucional após a retirada do ex-presidente Ravalomanana por Rajoelina, em 2009, com base num método semelhante ao utilizado por Ravalomanana para remover o seu predecessor, Ratsiraka, alguns anos antes.

"Apesar de felicitar o Tribunal Eleitoral Especial pela sua decisão ousada, a Cimeira apelou ao Tribunal para acelerar o processo de realização de eleições no País", refere um Comunicado da Cimeira.

A Cimeira felicitou o Zimbabwe pela "realização de eleições livres, harmonizadas e pacíficas", e reiterou o seu apelo para o levantamento de todas as formas de sanções impostas ao País.

A Presidente do Malawi, Joyce Banda, assumiu a Presidência rotativa da SADC sucedendo o Chefe de Estado moçambicano, Armando Guebuza, durante a cimeira.

O Zimbabwe foi eleito vice-Presidente da SADC e vai acolher

a próxima cimeira, em Agosto de 2014.

A Cimeira testemunhou a nomeação de Stergomena Lawrence Tax, Secretária Permanente do Ministério da Cooperação da África Oriental, na Tanzânia, como a nova Secretária Executiva da SADC.

Ela assume o lugar de Tomaz Augusto Salomão, de Moçambique, que serviu dois mandatos de quatro anos.

Banda estabeleceu a redução da pobreza como prioridade do seu mandato como Presidente da SADC, prometendo políticas e programas para melhorar os sectores de desenvolvimento agrícola e rural.

Observando a relação entre pobreza e estabilidade política, ela disse que a SADC deve redobrar os esforços para reduzir a fome na região.

Prometendo trazer a SADC "mais perto das pessoas", Banda disse que teria como alvo final estancar "a violência contemporânea, deliberada e selvagem da pobreza e do subdesenvolvimento" durante o próximo ano.

"Para vencer essa guerra... devemos promover políticas inclusivas. Nesse sentido, não nos podemos dar ao luxo de deixar a juventude para trás. Nós não podemos nos dar ao luxo de deixar

as mulheres para trás. Nós não nos podemos dar ao luxo de deixar os pobres para cuidar dos pobres," disse Banda no seu discurso de tomada de posse.

Ela disse que a agricultura é a espinha dorsal da maioria das economias da região, e ainda pouco está sendo feito para apoiar o sector.

"Nós, portanto, precisamos de trabalhar mais para ajudar os nossos pequenos produtores e agricultores comerciais a construir, fazer crescer e sustentar os seus negócios, para que possam nos alimentar e tenham acesso a novos mercados além de nossa região", disse ela, lembrando que o tema do seu mandato é "Desenvolvimento Agrícola e da Agro-Indústria: Chave para o Crescimento Económico e para a erradicação da pobreza."

Banda prometeu pressionar para que se adotem políticas agrícolas inovadoras e programas na região, tais como serviços de extensão eficazes e insumos acessíveis, e que tenham capacidade de promover o desenvolvimento rural e aumentar a segurança alimentar.

Ela disse que as políticas em matéria de agricultura e desenvolvimento rural devem estar alinhadas a outros planos regionais de infra-estrutura e desenvolvimento industrial, bem

como do desenvolvimento de género.

"Esperamos, sinceramente, que a coordenação do sistema da política económica na SADC seja aproveitada no sentido não só para acelerar o crescimento, mas também para reduzir a pobreza, ampliar as oportunidades económicas e melhorar o desenvolvimento humano."

Ela instou os países a envolver todas as partes interessadas, particularmente os jovens e as mulheres, no planeamento e implementação de programas regionais.

Isso vai envolver a renovação das Comissões Nacionais da SADC nos Estados Membros. Os comités, destinados a aumentar a participação dos atores não estatais nos programas e projectos da SADC, não têm sido eficazes na maioria dos Países.

A Cimeira da SADC aprovou uma série de decisões que visam aprofundar a integração e promover o desenvolvimento socioeconómico.

Os líderes da África Austral reafirmaram o seu compromisso de promoção do comércio e da livre circulação de pessoas e bens em toda a região.

"A Cimeira recebeu um relatório do Grupo de Trabalho Ministerial sobre a Integração Económica Regional relativo aos avanços conseguidos na agenda de integração económica regional da SADC e reiterou o seu compromisso de criação da Área Tripartida de Comércio Livre Comércio", lê-se no comunicado.

O Grupo de Trabalho Ministerial foi mandatado pelos líderes da SADC, há alguns anos, para trabalhar num roteiro para o lançamento da proposta União Aduaneira da SADC e da Área Tripartida de Comércio Livre (ACL) que envolve duas outras comunidades económicas regionais.

A proposta ACL FTA irá abranger 26 países da África Oriental e Austral e terá uma população de quase 600 milhões e um Produto Interno Bruto (PIB) total de cerca de um trilhão de dólares norte-americanos. □



Dra Stergomena Lawrence Tax
Nova Secretária Executiva da SADC. Antigo Secretário Executivo da SADC.



Dra Tomaz Augusto Salomão
Antigo Secretário Executivo da SADC.

SADC na rota da recuperação

ÁFRICA AUSTRAL continua a recuperar da crise económica e financeira mundial de 2008/09 a um ritmo lento, mas constante.

O Secretário Executivo cessante da SADC, Tomaz Augusto Salomão, disse que a região registou uma taxa de crescimento de 4,4 por cento em 2012, que ainda está abaixo da meta regional dos sete por cento ao ano.

Ele observou que é preciso medidas políticas radicais pela região e de cada um dos Estados-Membros visando a diversificação de suas economias, para mitigar os efeitos de choques externos e da instabilidade proveniente de mercados globais.

Sobre o investimento, Salomão revelou que o investimento total na região melhorou de 25 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2011 para 26 por cento do PIB no ano passado.

"No entanto, a maioria das economias da SADC estão ainda dependentes da exportação de matérias-primas, portanto, continua a ser significativamente vulnerável a choques externos", disse Salomão, durante a 33ª Cimeira Ordinária da SADC realizada em Agosto no Malawi. □

SADC aprova Quadro da Política de Desenvolvimento Industrial

NUM ESFORÇO para impulsionar o crescimento socioeconómico e revitalizar a industrialização, a África Austral aprovou um Quadro de Política de Desenvolvimento Industrial.

O Quadro da Política de Desenvolvimento Industrial da SADC foi aprovado pelo Conselho de Ministros da SADC na 33ª Cimeira da SADC realizada em Agosto, em Lilongwe, Malawi.

O quadro político é um produto de amplas consultas com as partes interessadas, e visa aumentar a capacidade produtiva da região, bem como aumentar a competitividade e a produção industrial.

A industrialização é um factor crítico de crescimento socioeconómico e desenvolvimento. Por exemplo, o aumento da produção industrial cria oportunidades de emprego, melhora o desenvolvimento de competências e promove a diversificação da economia, amortecendo os Estados-Membros contra choques externos ou instabilidade provenientes dos mercados globais.

"A maioria das economias da SADC estão ainda dependentes da exportação de matérias-primas, portanto, continua a ser significativamente vulnerável a choques externos", afirmou o Secretário Executivo cessante da SADC, Tomaz Salomão, na Cimeira da SADC.

Ele observou que é necessário adoptar medidas políticas enérgicas na região e nos vários Estados-Membros para enfrentar tais desafios.

"É neste contexto que o Conselho de Ministros da SADC aprovou a SADC Quadro da Política de Desenvolvimento Industrial como uma ferramenta importante para enfrentar esses desafios de forma inovadora e programática", disse Salomão.

A aprovação do quadro político é crucial para a África Austral, tendo em conta a iminência do acordo sobre a Área Tripartida de Comércio Livre (ALC) envolvendo outras duas

comunidades económicas regionais, o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC).

Os Países do COMESA -EAC -SADC pretendem estabelecer um mercado alargado que abrange 26 países da África Oriental e Austral.

Embora este desenvolvimento possa vir a criar um mercado integrado, com uma população combinada de quase 600 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto (PIB) total de cerca de um trilhão de dólares norte-americanos, as nações menos desenvolvidas serão prejudicadas por esse acordo, uma vez que não serão capazes de competir com as economias mais industrializadas da região.

Como resultado, para a África Austral beneficiar plenamente do tal arranjo há necessidade da região melhorar a capacidade de sua indústria, de modo que os Estados-Membros se tornem competitivos no grande mercado previsto.

O Quadro da Política de Desenvolvimento Industrial irá, portanto, ajudar os Estados membros a diversificar as suas economias e ao invés de só dependerem de matéria-prima.

A longo prazo, o quadro político procura harmonizar todas as políticas de industrialização nacional com o quadro regional, a fim de promover a coordenação e cooperação adequada.

Além disso, o Quadro da Política de Desenvolvimento Industrial da SADC fornece uma oportunidade para melhorar as normas, regulamentos técnicos e de infra-estrutura de qualidade, promover a inovação, transferência de tecnologia e actividades de pesquisa e desenvolvimento, e desenvolvimento de mecanismos de financiamento industrial apropriado.

Ele também visa apoiar a integração de infra-estrutura e serviços na estratégia de industrialização regional, apoio às pequenas e médias empresas, atraindo investimento local e

estrangeiro directo (IED), a cooperação sul-sul e a promoção das exportações.

Se totalmente implementado, o Quadro da Política de Desenvolvimento Industrial da SADC tem a capacidade de promover o desenvolvimento socioeconómico no sul, bem como aprofundar a integração entre os Estados-Membros.

A longo prazo, o quadro político procura harmonizar todas as políticas de industrialização nacional com o quadro regional, a fim de promover a coordenação e cooperação adequada.

Além disso, o Quadro da Política de Desenvolvimento Industrial da SADC fornece uma oportunidade para melhorar as normas, regulamentos técnicos e de infra-estrutura de qualidade,

promover a inovação, transferência de tecnologia e actividades de pesquisa e desenvolvimento, e desenvolvimento de mecanismos de financiamento industrial apropriado.

Ele também visa apoiar a integração de infra-estrutura e serviços na estratégia de industrialização regional, apoio às pequenas e médias empresas, atraindo investimento local e estrangeiro directo (IED), a cooperação sul-sul e a promoção das exportações.

Se totalmente implementado, o Quadro da Política de Desenvolvimento Industrial da SADC tem a capacidade de promover o desenvolvimento socioeconómico no sul, bem como aprofundar a integração entre os Estados-Membros. □

Rumo a mitigação do impacto do HIV e SIDA

OS LÍDERES da SADC fizeram um compromisso de intensificar a mobilização de recursos internos na luta contra o HIV e SIDA.

Os líderes fizeram esse compromisso numa Reunião de análise do HIV e SIDA em África, realizada à margem da 33ª Cimeira da SADC, em Agosto, em Lilongwe, Malawi.

Eles observaram que a pandemia já custou muitas vidas na região, afectando o desenvolvimento socioeconómico.

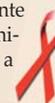
De acordo com o Relatório Global da ONUSIDA 2010, da cifra total de pessoas que viviam com o HIV em todo o mundo em 2009, 34 por cento eram de 10 países da SADC. A maioria delas é composta por mulheres.

"A Cimeira notou o progresso na implementação da Declaração de Maseru de 2003, sobre o combate ao HIV e SIDA, em particular, a redução de novas infecções, o declínio do HIV e de mortes devido ao SIDA", refere um comunicado divulgado logo após o encontro.

"A Cimeira exorta os Estados-Membros a continuar a intensificar a mobilização de recursos internos para garantir o financiamento sustentável para a ampliação das intervenções sobre o HIV e SIDA."

Partilha de recursos internos pode ser útil para a África Austral, considerando que é cada vez menor o financiamento dos doadores e parceiros tradicionais e internacionais para o HIV e SIDA, uma vez que os fundos estão sendo canalizados para outras áreas, como as mudanças climáticas.

A iniciativa SIDA África é presidida pela Presidente da Comissão da União Africana, Nkosazana Dlamini-Zuma, e faz parte dos esforços da UA para conter a propagação do HIV e SIDA. □





Dra Stergomena L Tax – A Nova Chefe da SADC

A NOVA Secretária Executiva da SADC, o Dra Stergomena Lawrence Tax, da República Unida da Tanzânia, não é estranha a integração regional - a pedra fundamental da agenda de desenvolvimento para a SADC.

Antes da sua nomeação como Secretária Executiva, pela 33ª Cimeira da SADC realizada em Agosto, no Malawi, era Secretária Permanente do Ministério Tanzaniano da Cooperação para a África Oriental, desde 2008.

Durante o seu mandato, ela desempenhou um papel crucial no fortalecimento do comércio intra-regional e a cooperação entre os cinco Países parceiros da Comunidade da África Oriental.

Estes são os mesmos deveres que ela vai ser chamada a desempenhar no seu novo posto no Secretariado da SADC, uma vez que a África Austral caminha para a integração regional mais profunda.

"O meu objectivo é fortalecer a integração e a cooperação que existe na região da SADC desde a sua formação", disse Tax, acrescentando que seu foco principal será o desenvolvimento de infra-estrutura porque "isso é fundamental para a expansão do mercado e para o crescimento das economias dos Estados Membros".

Tax, que é a primeira mulher a assumir o cargo de Secretário Executivo da SADC, disse que as mulheres são tão capazes quanto os homens no desempenho de quaisquer funções.

"Onde quer que eu vá olho para mim como um ser humano, um Africano e preocupo-me com as minhas responsabilidades", disse ela, acrescentando que "o desempenho é fundamental e não o género."

Corroborando com a sua afirmação, várias mulheres da África Austral e do resto do continente Africano estão a realizar um bom trabalho nos



Da esquerda para a direita, Juiz Presidente A Msosa, Presidente J Banda, Dra S Tax e Dra N Zuma

principais cargos de tomada de decisão.

Estas incluem a primeira mulher Presidente na África Austral, Joyce Banda, do Malawi, que também é a primeira mulher a se tornar presidente da SADC.

As outras são a Presidente da Comissão da União Africana, Dra. Nkosazana Dlamini-Zuma, e a nova Chefe da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka, ambas ex-ministras do governo Sul-Africano.

Tax, que é PhD em Desenvolvimento Internacional da Universidade de Tsukuba, no Japão, diz a África Austral e no resto da África tem muito a ganhar com as parcerias que tem estado a estabelecer com outras economias emergentes.

A SADC tem relações cordiais com economias emergentes, como o BRICS grupo composto por Brasil, Rússia, Índia e China, bem como a África do Sul, que também é um estado membro da SADC.

Com relação ao acordo tripartido envolvendo o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC), ela disse que a SADC está empenhada em estabelecer um mercado alargado que abrange 26 países da África Oriental e Austral.

"Uma vez que a SADC tem 15 países, a EAC 5 e o COMESA 19, a integração vai aumentar o

tamanho do consumismo na região, o que torna-se quase 50 por cento do continente Africano", disse Tax, que também é antiga Secretária Permanente no Ministério da Indústria e Comércio.

Quando estiver em funcionamento, o mercado integrado, com uma população combinada de quase 600 milhões de pessoas e um Produto Interno Bruto (PIB) total de cerca de um trilhão de dólares norte-americanos, irá impulsionar a integração regional através da melhoria dos fluxos de investimento e uma maior concorrência, transformando a África Oriental e Austral numa das regiões mais lucrativas do continente.

Sobre a situação política na região, Tax diz que a paz e a estabilidade são ingredientes essenciais para o crescimento socioeconómico na África Austral.

Ela disse que é agradável notar que há estabilidade geral na região.

"O impasse político no Madagáscar foi resolvido amigavelmente, o Zimbabwe realizou as suas eleições em paz e a instabilidade na República Democrática do Congo está melhorando", disse ela.

Tax foi eleita na Cimeira da SADC à frente de Peter Sinon, que é Ministro do investimento, Recursos Naturais e da Indústria nas Seychelles.

Ela tem vários anos de experiência no serviço público, e serviu como oficial do Programa de Fortalecimento do Ambiente de Negócios da Tanzânia (BEST), que visa a reforma do ambiente de negócios no País.

O programa, tutelado pelo Gabinete do Presidente, foi projectado para melhorar o enquadramento regulamentar das empresas na Tanzânia.

Em 2006, foi nomeada Secretária Adjunto Permanente no Ministério do Planeamento Económico e Empoderamento, antes de se tornar Secretária Permanente do Ministério do Comércio e Indústria.

Ela também trabalhou no Ministério das Finanças, bem como na Fundação de Pesquisa Económica e Social na Tanzânia.

Tax ocupa o cargo deixado por Tomaz Augusto Salomão, de Moçambique, que serviu dois mandatos de quatro anos como Secretário-Executivo da SADC. □

SADC nomeia Secretário-Executivo Adjunto em Outubro

A SADC espera nomear o novo Secretário Executivo Adjunto até Outubro.

A nomeação do Secretário Executivo Adjunto foi adiada na 33ª Cimeira da SADC realizada no Malawi, em Agosto.

O novo Secretário Executivo Adjunto irá substituir o Engenheiro angolano João Caholo que ocupou o cargo durante dois mandatos de quatro anos. □



Eng. Caholo



Banda assume a Presidência da SADC

A **PRESIDENTE** Malawiana, Joyce Banda, é a nova Presidente da SADC, enquanto o Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, foi eleito vice-Presidente.

Banda substituiu o Presidente Armando Guebuza, de Moçambique, que estava no comando da SADC desde Agosto de 2012.

Portanto, Malawi, Zimbabwe e Moçambique, como actual, próximo e anterior timoneiro, compõem a Troika da SADC.

No seu discurso de aceitação, Banda disse que vai usar o seu mandato para promover políticas e programas para melhorar o sector agrícola e rural, bem como trazer a SADC "mais perto das pessoas".

"Para vencer essa guerra... devemos promover políticas inclusivas. Nesse sentido, não podemos nos dar ao luxo de deixar a juventude para trás.

Nós não podemos nos dar ao luxo de deixar as mulheres para trás. Nós não podemos nos dar ao luxo de deixar os pobres a cuidar dos pobres", disse ela.

Ela observou que a agricultura é a espinha dorsal da maioria das economias da região e que, portanto, receberão maior atenção durante seu mandato como Presidente da SADC.

O tema de seu mandato será "Desenvolvimento Agrícola e Agro-Indústria: Chave para o Crescimento Económico e Erradicação da Pobreza".

Ao trazer SADC para o povo, a Presidente prometeu fortalecer os mecanismos nacionais da SADC, entre outras coisas, envolvendo todas as partes interessadas, particularmente os jovens e as mulheres no planeamento e execução dos programas regionais.

A Cimeira também testemunhou a eleição de uma nova Troika do Órgão da SADC sobre Política, Defesa e Segurança, com o Presidente

namibiano, Hifikepunye Pohamba, assumir o cargo de presidente que anteriormente estava nas mãos do Presidente da Tanzania, Jakaya Kikwete, que chefiou o órgão o ano passado.

O Primeiro-Ministro do Lesotho, Tom Thabane, foi eleito vice-Presidente, enquanto Kikwete completa a Troika como presidente cessante.

Troika é responsável pela promoção da paz e da segurança na região da SADC.

Tem a função de orientar e fornecer aos Estados-Membros a direcção sobre as questões que ameaçam a paz, segurança e estabilidade na região.

O órgão é o braço político da SADC, e oferece liderança em questões de defesa e segurança, bem como iniciativas de mediação e observação de eleições sob os Princípios e Directrizes Reguladores de

Eleições Democráticas da SADC.

O presidente e o vice-presidente do órgão são eleitos para mandatos de um ano numa base rotativa entre os Estados-Membros.

O Comité Ministerial do Órgão é composto pelos ministros dos negócios estrangeiros, defesa, segurança pública e segurança do Estado dos Estados Membros. Reúne-se pelo menos uma vez por ano, mas pode encontrar-se mais vezes, se necessário.

A criação da comissão permite que os Estados-Membros realizem consultas regulares sobre assuntos de

interesse mútuo.

O diálogo iniciado pela SADC no Lesotho e no Zimbabwe, por exemplo, produziu resultados positivos na resolução de disputas políticas nacionais, ajudando assim a manter a estabilidade na região.

Diálogo semelhante está em curso no Madagáscar, que foi suspenso de filiação da SADC na sequência de um golpe militar em 2009.

O órgão é coordenado a nível da Cimeira e de relatórios para o Presidente da SADC.

A próxima Cimeira Ordinária da SADC está agendada para o Zimbabwe, em Agosto de 2014. □

Vencedores recebem galardão do Prémio de Imprensa da SADC

OS VENCEDORES da edição de 2013 do Prémio de Imprensa da SADC receberam os seus galardões durante a Cimeira da SADC realizada em Agosto, no Malawi.

Os prémios foram entregues em quatro categorias de televisão, fotojornalismo, imprensa e rádio. Os vencedores são do Malawi, Zâmbia, Botswana e Moçambique.

Vincent Khonyongwa, da Corporação Malawiana de Radiodifusão, ganhou o prémio de radiodifusão.

Em outras categorias, Christopher Miti, do Jornal Zambia Post, foi premiado como melhor jornalista de imprensa, Yobe Shonga, da Agência de Imprensa do Botswana, recebeu o prémio de fotojornalismo e Alberto Simango, da Televisão de Moçambique, foi julgado o

melhor repórter de televisão na África Austral.

Os vencedores receberam valores monetários de dois mil dólares norte-americanos, certificados e dois celulares cada um, das mãos do Presidente cessante da SADC, o Presidente Armando Guebuza, de Moçambique, e do antigo Secretário Executivo da SADC, Tomaz Augusto Salomão, durante a sessão de abertura da 33ª Cimeira Ordinária de Chefes de Estado e de Governo da SADC.

Os vencedores foram seleccionados após juízes avaliarem centenas de trabalhos sobre o desenvolvimento transfronteiriço publicados entre Janeiro e Dezembro de 2012.

Os prémios visam incentivar a imprensa a desempenhar um papel preponderante na divulgação de informações sobre

a SADC e reconhecer o papel dos jornalistas na promoção da integração regional.

Houve também concursos de trabalhos de alunos das Escolas Secundárias da SADC e o vencedor foi Tarrens Muradzikwa, do Zimbabwe, que ganha pelo segundo ano consecutivo.

Oabona Bulang, do Botswana, ganhou o segundo prémio, enquanto outro estudante do Zimbabwe, Precious Nemutezi, ficou com o terceiro prémio.

O concurso de redacção é um evento anual realizado desde 1999.

O principal objectivo da competição é aumentar a consciência sobre as actividades e programas da SADC, entre os jovens dos Estados Membros da SADC.

É realizado nacionalmente e depois as três melhores redacções nacionais competem regionalmente. □

SADC finaliza proposta de Fundo de Desenvolvimento Regional

por Joseph Ngwawi

A SADC está a ultimar as modalidades do tão esperado Fundo de Desenvolvimento para acelerar a agenda de integração regional.

De acordo com um documento divulgado antes da 33ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC que decorreu em Lilongwe, Malawi, o trabalho sobre o proposto Fundo de Desenvolvimento Regional atingiu um estágio avançado, apesar de alguns desafios administrativos e logísticos.

O Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC é um mecanismo financeiro destinado a mobilizar recursos dos Estados-Membros, do sector privado e parceiros de desenvolvimento para financiar programas e projectos para aprofundar a integração regional.

Segundo o documento, as questões pendentes que ainda impedem a implementação da iniciativa incluem negociações para a indicação do País que vai sediar o Fundo, bem como questões de pessoal.

O que foi acordado até agora é que os Estados membros deterão 51 por cento das acções neste Fundo, contra 37 por cento para o sector privado e 12 por cento dos Parceiros de Cooperação Internacional (PCI).

O Fundo terá capital inicial de 1.2 bilião de dólares norte-americanos, esperando-se que os Estados membros contribuam com 612 milhões de dólares norte-americanos, enquanto o sector privado vai contribuir com 444 milhões de dólares do capital social e 144 milhões de dólares norte-americanos virão dos PCI.

Segundo a proposta, a subscrição de acções será feita ao longo de cinco anos, em parcelas iguais. A primeira subscrição será devida no primeiro ano de entrada em vigor do Fundo.



As acções não subscritas até o final do quinto ano serão realocadas para outros Estados-membros com base na capacidade de pagamento.

"A proposta é fazer com que os primeiros 25 por cento das acções sejam divididas igualmente entre os Estados membros e que os membros sejam obrigados a contribuir", disse Unidas Msowoya, porta-voz do Ministério das Finanças do Malawi.

Os restantes 26 por cento serão atribuídos com base na capacidade económica.

Em termos de estrutura administrativa, o Fundo terá um Conselho de Governadores que composto por Ministros responsáveis pelas Finanças dos Estados membros, bem como um Conselho de Administração encarregado pelas de suas operações do dia-a-dia.

O conselho de governadores será o órgão máximo de tomada de decisão para o Fundo e terá poderes para admitir novos membros, aumentar ou diminuir o capital social, alteração dos estatutos que regem a instalação, bem como nomear directores.

O Fundo terá um director executivo que será responsável pelo funcionamento diário das suas operações.

A criação do Fundo surge num momento em que houve a preocupação com o ritmo lento

de implementação de programas e projectos regionais, em grande parte devido à falta de fundos e excesso de confiança no apoio dos PCIs.

A primeira prioridade do Fundo será o desenvolvimento de infra-estruturas e a segunda prioridade será o desenvolvimento global.

A questão da criação do Fundo de Desenvolvimento Regional foi um dos temas em discussão durante os dois dias da Cimeira da SADC realizada de 17-18 Agosto.

Outras questões incluíram o progresso na implementação de um programa de desenvolvimento de infra-estrutura regional com um custo estimado em 64 mil milhões de dólares ao longo dos próximos cinco anos.

A SADC deu um grande passo para o seu programa de desenvolvimento de infra-estruturas transfronteiriças, quando acolheu os seus parceiros de cooperação, potenciais investidores e financiadores em Moçambique, em Junho.

Uma carteira de 106 projectos de infra-estruturas transfronteiriças foi apresentada durante a Conferência de Investimento em Infra-estruturas da SADC realizada na capital moçambicana, Maputo, no final de Junho.

Os projectos, que compreendem infra-estruturas "rígidas" e "suaves", estão contidas no Plano Director Regional de desenvolvimento de Infra-estruturas da SADC, um Plano de Acção a Curto Prazo de cinco anos, aprovado em Agosto de 2012.

O sector de transportes teve o maior número de projectos exibidos durante a conferência, com 40 projectos no valor de cerca de 1.630 mil milhões de dólares norte-americanos apresentados a potenciais investidores.

Os Projectos de infra-estruturas de transporte prioritárias incluem aqueles visando a expansão, reabilitação e modernização dos portos de Durban e Walvis Bay, novos projectos ferroviários e reabilitação das existentes, novos acessos rodoviários que ligam Angola e a República Democrática do Congo e a reabilitação de outros ao redor da região, e a introdução de um posto de fronteira de paragem única em Beitbridge entre África do Sul e Zimbábwe.

Um total de 16 projectos de energia com custo estimado de mais de EUA 12.000 milhões de dólares foram comercializados na conferência, incluindo o emblemático projecto de linha de transmissão de energia ZiZaBoNa a ser implementado pelo Zimbábwe Zâmbia, Botswana e Namíbia, bem como a proposta da interligação Namíbia - Angola que vai ligar este último País ao Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP). sardc.net □

Segurança Alimentar Estável

A **SITUAÇÃO** de segurança alimentar na África Austral tem se mantido estável ao longo dos últimos anos, devido às boas políticas agrícolas e queda generalizada de chuvas regulares.

De acordo com a mais recente actualização da situação de segurança alimentar divulgado pelo Sistema de Aviso Prévio de Segurança Alimentar da SADC, a colheita de cereais regional para a época 2012/13 está estimada em 35,11 milhões de toneladas métricas.

Isso representa um aumento marginal de 0,2 por cento dos 35,02 milhões de toneladas colhidas durante a campanha agrícola 2011/12.

Os dados deste ano estão, no entanto, cinco por cento acima da média regional de produção de cereais registada nos últimos cinco anos.

"Em comparação com a época 2012, todos os Países, excepto o Botswana, Namíbia, África do Sul, Zâmbia e Zimbabwe, experimentaram aumentos na produção de cereais", indica a actualização de segurança alimentar.

A região espera ter um excedente de milho de cerca de 326 mil toneladas para a época 2013/14. O milho é o alimento básico para a maioria dos países da África Austral.

Com relação a outros cereais como o sorgo, trigo e arroz, a região está enfrentando alguns déficits devido a quebras de produção e mau tempo no início da época.

"No geral, a região enfrenta um déficit de cereais estimado de cerca de 4,01 milhões para a época 2013/14", disse SADC.

Por outro lado, a produção de alimentos não cerealíferos, principalmente mandioca, banana e batata-doce continua a aumentar à medida que a região se diversifica em outras culturas.

Esta mudança da produção de outras culturas em detrimento do milho que é uma cultura claramente vulnerável a seca

ajudou a África Austral a evitar a fome durante as secas persistentes que foram agravadas pela crise financeira global e pelos efeitos das mudanças climáticas.

Os bons rendimentos registados na África Austral podem estar ligados as boas políticas agrícolas postas em prática pelos Estados-Membros para aumentar a produção e melhorar a segurança alimentar na região.

Por exemplo, desde a adopção

de vários compromissos agrícolas, tais como a Declaração de Dar es Salaam para a Agricultura e Segurança Alimentar, em 2004, a maioria dos Estados Membros da SADC continuam a registar boas colheitas a cada ano.

Essas estratégias incluem investir mais na melhoria dos insumos agrícolas, como sementes e fertilizantes, bem como programas de subsídios direccionados que resultam acesso aos insumos agrícolas a

preços mais baratos por parte dos agricultores.

Países como o Malawi, Zâmbia e Zimbabwe que implementaram vigorosamente os programas de subsídios viram a sua produção a aumentar de forma constante.

Os Estados-Membros deverão destinar pelo menos 10 por cento dos seus orçamentos nacionais à agricultura e ao desenvolvimento rural para melhorar a segurança alimentar na região. □

Previsão de Chuvas normais com tendência para acima do normal

O 17º Fórum de Previsão Climática da África Austral (SARCOF 17), que esteve reunido em Agosto, em Harare, Zimbabwe, disse que a maioria das partes da região vai receber boas chuvas entre Outubro de 2013 e Março de 2014.

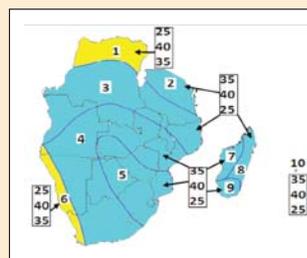
Os peritos subdividiram a época de chuvas em quatro períodos de três meses cada, designadamente Outubro-Novembro-Dezembro (OND), Novembro-Dezembro-Janeiro (NDJ), Dezembro -Janeiro-fevereiro (DJF) e Janeiro-Fevereiro-Março (JFM).

De acordo com as previsões, haverá chuvas normais com tendência para acima do normal no período OND.

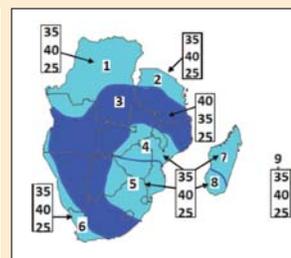
As áreas com maiores probabilidades de receber chuvas normais com tendência para acima do normal incluem o norte, centro e sul de Moçambique, norte e sul da Tanzânia, norte e sul do Malawi; maior parte meridional da República Democrática do Congo (RDC), metade sul-occidental e metade norte do Zimbabwe; extremo sul-occidental da Zâmbia.

Perspectiva semelhante está prevista para o sul-leste e metade noroeste de Angola; maior parte da Namíbia, Botswana, norte, centro e oeste da África do Sul; partes ocidentais do Lesotho, Swazilândia, oeste, leste e sul de Madagáscar e Maurícias.

Previsão de Chuvas para Outubro-Novembro-Dezembro de 2013



Previsão de Chuvas para Janeiro-Fevereiro-Março de 2014



Os três números de cada zona indicam a probabilidade de precipitação. O primeiro número indica a probabilidade de ocorrência de precipitação na categoria de normal para acima do normal, o número do meio é precipitação normal e o número inferior indica precipitação abaixo do normal.

Estão previstas chuvas normais com tendência para abaixo do normal no sul-occidental de Angola sul-occidental; áreas costeiras do oeste da Namíbia, África do Sul e no norte da RDC.

No período NDJ, a maior parte da região da SADC poderá receber chuvas normais com tendência para acima do normal, enquanto a maior parte da RDC, norte e sudoeste de Angola e as franjas ocidentais da Namíbia e África do Sul são susceptíveis de receber chuvas normais com tendência para abaixo do normal.

A maior parte da SADC continental e as ilhas de Madagáscar e Maurícias são susceptíveis de receber chuvas normais com tendência para acima do normal durante o período DJF.

No entanto, a sudoeste de

Angola, a maior parte da Namíbia, a metade ocidental do Botswana, a maior parte central e ocidental da África do Sul e Lesotho poderão receber chuvas acima do normal com tendência para normal, enquanto a metade oriental da Tanzânia vai receber chuva normal com tendência para abaixo do normal.

Para o período Janeiro-Março de 2014, a maioria das áreas poderá registar chuvas normais com tendência para acima do normal, excepto o norte de Moçambique, a maioria de Angola, Tanzânia e Namíbia, norte de Malawi, Zâmbia, norte, oeste e sul da República Democrática do Congo e metade ocidental do Botswana. A parte central e ocidental da África do Sul deverá registar chuvas acima do normal com tendência para normal. □

O FUTURO do desenvolvimento socioeconómico da SADC encontra-se em parte na capacidade da região em encontrar soluções duradouras para a crise de energia eléctrica detectada pela primeira vez há mais de uma década atrás.

Isso exige dos Estados-Membros enfrentar os desafios de alinhamento dos objectivos nacionais para o interesse regional comum, bem como a definição de prioridades e metas realistas.

O Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) aconselhou logo em 1999 que a demanda por energia na região da SADC aumentou mais rápido do que o crescimento da capacidade de produção, alertando que a região iria enfrentar apagões até 2007, a menos que uma acção imediata fosse levada a cabo para investir em novas capacidade de produção.

A média de crescimento regional na demanda de energia eléctrica é estimada em cerca de 4,6 por cento ao ano, contra uma retirada de vários projectos que visavam aumentar a geração de baixa potência. Isto resultou no corte de carga, na maioria dos Países da SADC.

Nesta edição sobre a Energia na África Austral olha-se para o que está sendo feito pelos Estados-Membros, SAPP e outras entidades envolvidas no sector da energia na SADC para assegurar que a geração de energia corresponde e exceda a demanda em toda a região. □

SAPP projecta Central Virtual

O GRUPO de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP) está investigando activamente o conceito de uma Central Eléctrica Virtual no quadro dos esforços em curso para aumentar a capacidade de produção de energia eléctrica para fazer face a crise na região.

A Central Virtual, Central de Energia Virtual (VPP), não é uma central de energia física, mas faz uso extensivo e sofisticado da tecnologia de informação, medição avançada, capacidade automatizado de controlo e armazenamento de electricidade para combinar os curtos intervalos de flutuações de corrente eléctrica.

A VPP integra a operação dos activos de oferta e demanda para atender a demanda dos consumidores por serviços de energia a curto e a longo prazo.

O conceito de VPP também faz uso de redução de carga de longo prazo obtido por meio de investimentos em eficiência energética, produção distribuída e resposta a demanda verificada em pé de igualdade com a expansão da oferta.

O SAPP deu passos significativos no estabelecimento de uma Central Virtual e os vários projectos de eficiência energética e programas de gestão da procura (DSM) que estão sendo pesquisados pelo grupo constituem blocos de construção desta iniciativa.

Perante um deficit de energia eléctrica de cerca de 8.000 Megawatts (MW), o SAPP tem

promovido activamente tecnologias de eficiência energética, tais como a substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes compactas (LFC) e lâmpadas solares, bem como a introdução do programa de aquecedor solar de água, controlo de carga de água quente e programa de iluminação comercial.

A mudança de lâmpadas tradicionais para lâmpadas fluorescentes compactas tem sido um programa eficaz para o SAPP reduzir o consumo de energia em casa e evitar as emissões de gases de efeito estufa que contribuem para as mudanças climáticas.

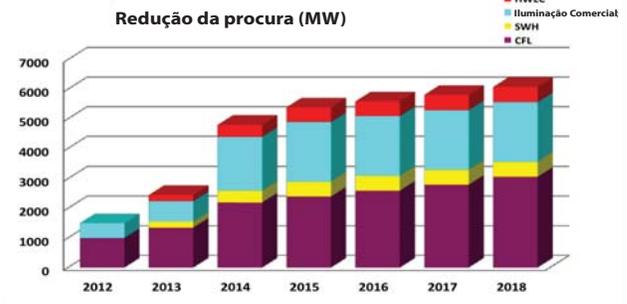
Pesquisas mostram que as contas de luz residenciais contribuem em cerca de 20 por cento da factura de electricidade média de uma casa na região da SADC. No entanto, em comparação com as lâmpadas incandescentes normais, as lâmpadas fluorescentes compactas contribuem para economizar até 80 por cento do consumo de electricidade.

Da mesma forma, o programa de controlo de carga de água quente que está sendo realizado pelo SAPP permite aos consumidores a instalação de interruptores de controlo de carga que desliga automaticamente a energia durante períodos de pico ou quando os aparelhos como termos acumuladores atingem a potência máxima.

A maioria dos países membros do SAPP introduziu as lâmpadas fluorescentes compactas em grande



Central Eléctrica Virtual – Onde está o SAPP?



escala. Outras formas de eficiência energética e programas de DSM estão em vários níveis de implementação.

De acordo com dados do SAPP apresentados ao Grupo Temático de Energia da SADC, a meta é economizar 2.450 MW de energia este ano com estas quatro iniciativas de eficiência energética de DSM.

As economias de energia deverão aumentar gradualmente a 6.000 MW até 2018, altura em que o uso de lâmpadas incandescentes será

proibido em todos os Estados-Membros e um documento quadro de Eficiência Energética do SAPP estará em vigor.

Um grupo de trabalho foi formado para finalizar o quadro que poderá mostrar como é que o Grupo de Energia vai implementar o seu programa de eficiência energética.

O quadro vai também definir a participação do sector privado e o papel das empresas de serviços energéticos. □

Gás ganha popularidade na energia mista da SADC

CERCA DE 30.000 Megawatts de electricidade serão adicionados à rede eléctrica da África Austral ao longo dos próximos cinco anos, com o gás ganhando rapidamente um espaço promissor na matriz energética da região.

De acordo com o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), espera-se que um total de 29.375 MW de energia entre em operação entre 2013 e 2018, se todas as novas centrais de produção e obras de reabilitação forem concluídas a tempo.

Isso contribuirá para aumentar a capacidade total instalada na África Austral em mais de 80 mil MW e

garantirá a auto-suficiência energética numa região afectada por crises durante os últimos anos.

A actual capacidade instalada na região está estimada em cerca de 57.000 MW, dos quais apenas 51 mil MW estão disponíveis. Desse montante, apenas cerca de 49.000 MW integra a rede interligada do SAPP.

De acordo com o plano, a África do Sul vai contribuir com cerca de 11.862 MW de energia nova nos próximos cinco anos, ou mais de 40 por cento do adicional de energia previsto para a região.

Outros aumentos significativos de capacidade de produção serão



carvão para centrais a gás, eólica e solar.

A luz da recente descoberta de grandes reservas de gás em Angola, Moçambique, África do Sul, República Unida da Tanzânia e Zimbábue, há planos para a construção de 16 centrais movidas a gás com uma capacidade de produção de mais de 4.000 MW em 2018.

A costa leste da África emergiu nos últimos anos como uma das mais brilhantes manchas na paisagem global de energia, com grande gás natural encontrando-se em Moçambique e Tanzânia.

Os novos jazigos de gás natural que se encontram em ambos os Países têm sido apontados como "pontos de viragem" para a região da África Austral. Só a quantidade de gás descoberto em Moçambique é considerada suficiente para atender o consumo de gás durante um ano nos EUA, País que consome cerca de 30 trilhões de pés cúbicos por ano.

Pelo menos sete centrais movidas a gás foram planeadas por empresas estaduais e produtores independentes na Tanzânia entre 2013 e 2016, produzindo um total de 1.080 MW.

Outras centrais a gás estão previstas na África do Sul (2.050 MW), Angola (700MW), Zimbábue (300 MW) e Moçambique (150MW). □

provenientes da República Democrática do Congo, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue, que irão contribuir colectivamente mais de 9.000 MW de energia para a rede regional.

Espera-se que ventrais hidroeléctricas dominem o número de centrais de produção de energia planeadas durante o período, com 24 novas centrais ou reabilitadas até 2018 em comparação com as 17 centrais térmicas.

Pelo menos oito projectos de reabilitação de centrais de produção poderão estar funcionamento este ano, adicionando um total de 1.210 MW de energia para a região.

Estes incluem a Central Térmica de Morupule B no Botswana, com capacidade de 600MW, a Central Eléctrica de Ndola, na Zâmbia, de 50MW, e uma central de energia hidroeléctrica em Inga, na RDC, que contribuirá com 55 MW quando concluída.

No entanto, uma das principais características da nova matriz energética é a mudança gradual das fontes de energia tradicionais, tais como energia hidroeléctrica e a

Custo efectivo de Tarifas de produção é meta inatingível

ESTADOS MEMBROS da SADC, dificilmente poderão cumprir o prazo de 31 de Dezembro para migrar para tarifas que reflectam os custos de energia eléctrica, devido aos desafios em aumentar as tarifas locais muito rápido nas relações a renda do consumidor e os impactos inflacionários.

Os Ministros da Energia da SADC adoptaram o princípio de tarifas que reflectam os custos, já em 2004, e a decisão foi reafirmada em Abril de 2007.

Em 2008, reunidos em Lusaka, Zâmbia, o Conselho de Ministros da SADC aprovou a migração para a recuperação total dos custos dentro de cinco anos, estabelecendo um prazo de 31 de Dezembro de 2013.

Embora tenha sido um progresso significativo nesse sentido, pela Associação Regional de Reguladores de Electricidade da África Austral (RERA), no desenvolvimento de cenários para tornar as tarifas mais viáveis, a maioria dos países da SADC estão ainda a adoptar plenamente as recomendações de várias questões que ainda têm que ser consideradas, incluindo acessibilidade para os consumidores de baixa renda.

"É perceptível que nenhum Estado-Membro da SADC esteja em condições de acatar o Conselho da SADC para alcançar tarifas de recuperação integral dos custos até o final de 2013", disse o Presidente da RERA, Phindile Baleni, durante a reunião do Grupo Temático de Energia da SADC realizada no Botswana, em Setembro.

As actuais tarifas de energia da SADC não dão lucro suficiente para

novos investimentos e incentivo para práticas de conservação, eficiência e substituição de energia por parte dos consumidores.

De acordo com Baleni, apenas quatro Estados Membros da SADC têm tarifas "que são capazes de fornecer os sinais certos para novos investimentos e uso eficiente da energia eléctrica." Esses Países são Madagáscar, Seychelles, Swazilândia e Zâmbia.

No entanto, nenhum desses Países são susceptíveis de atingir as tarifas que reflectam os custos antes de 2016 devido a uma série de factores, incluir a população de baixa renda da região e a necessidade de estratégias que promovam o acesso à energia e tarifas pró-pobres.

Uma pesquisa realizada em 2009 pela RERA com o apoio do Centro Competitividade Global de Negócios da África Austral (USAID Trade Hub) mostrou que o sector de energia da região não é auto-sustentável.

As tarifas de energia eléctrica dentro da região da SADC variam de 2,7 centimos do dólar por kilowatt-hora para 12,5 USC / kWh.

É necessário um equilíbrio delicado para assegurar que quaisquer novas tarifas viáveis introduzidas não excluam as comunidades vulneráveis ou as indústrias da região.

Isto exige políticas regionais que permitam um nível mínimo de fornecimento, garantindo mecanismos de apoio de electrificação para as comunidades mais pobres e empresas emergentes. □

Nova capacidade de produção 2013-2016

País	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Angola	-	715	550	2 415	-	-	3 680
Botswana	600	-	-	-	300	-	900
RDC	55	-	580	-	240	1 620	2 495
Lesotho	-	25	40	110	-	800	975
Malawi	64	-	-	-	300	100	464
Moçambique	-	150	40	300	300	-	790
Namíbia	-	60	-	-	800	500	1 360
África do Sul	201	3 105	2 543	1 322	3 368	1 323	11 862
Swazilândia	-	-	-	-	-	300	300
Tanzânia	60	160	500	1 110	500	-	2 330
Zâmbia	230	315	600	164	-	830	2 139
Zimbábue	-	-	20	-	1 290	770	2 080
TOTAL	1 210	4 530	4 873	5 421	7 098	6 243	29 375

Fonte: Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral

Desempenho misto na meta de paridade de género de 50:50 na SADC

por Joseph Ngwawi

A **ÁFRICA** Austral teve um desempenho misto em termos de facilitar a paridade de género nos cargos de tomada de decisão política, sendo necessária mais acção caso a região pretenda atingir a meta de representação de 50:50 até 2015.

De acordo com o Monitor do Género da SADC 2013, lançado durante a 33ª Cimeira da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), realizada no Malawi, em Agosto, o desempenho na promoção da participação das mulheres nas estruturas de decisão foi misto em toda a região, com alguns países a progredirem e outros não.

A publicação mostra que a representação das mulheres na Câmara Baixa do Parlamento varia de mais de 40 por cento nas Seychelles e África do Sul para cerca de 10 por cento no Botswana e na República Democrática do Congo.

Ela observa um desenvolvimento preocupante pelo facto de alguns Países que realizaram eleições desde 2009 terem regredido em termos de representação de mulheres no parlamento.

"Ainda há muita coisa que precisa de ser feita em termos de promoção da representação e participação das mulheres nas estruturas de tomada de decisões

na região, incluindo a adopção de medidas deliberadas, como acção afirmativa", disse Madalena Mathiba - Madibela, Chefe de Unidade do Género na SADC.

De acordo com o relatório, as mulheres estão sub-representadas em todos os níveis de tomada de decisões no sector público e privado - Governo, parlamentos, a liderança do governo local, governo central, comités centrais dos partidos políticos, quadros do sector privado e de gestão, sectores não-governamentais, comités de serviços públicos específicos e outras instituições dos Estados membros da SADC.

A representação média de mulheres no parlamento foi de 25,8 por cento em meados de 2013, ligeiramente acima dos 20,6 por cento de 2005 e dos 23 por cento de 2011, mas ainda aquém da meta de 50 por cento acordado no âmbito do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, assinado em 2008.

Com o prazo de 2015 a se aproximar para a paridade de género nas estruturas de tomada de decisão, apenas cinco países da SADC estão significativamente perto da meta de paridade no parlamento, tendo ido acima do limiar de 30 por cento definido previamente por líderes regionais no tocante a representação das mulheres.

Estes são Seychelles que tem uma representação 43,8 por cento das mulheres desde 2012, África do Sul (42,3 por cento), Moçambique (39,2 por cento), Tanzânia (36 por cento) e Angola (34,1 por cento). O Zimbábue, que realizou eleições em Julho de



Chefe da Unidade de Género da SADC, Magdelaine Mathiba - Madibela com a Secretária Permanente do Género no Malawi, Dra. Mary Shawa, no lançamento do Monitor do Género da SADC 2013 na Cimeira da SADC no Malawi.

2013, agora tem 31,5 por cento de representação na Assembleia Nacional.

A maioria destes Países está classificada entre os primeiros 20 do mundo em termos de maior número de mulheres no parlamento.

De acordo com o relatório, as Seychelles são o segundo País classificado em África depois de Ruanda, e o quinto lugar na classificação mundial da União Inter-parlamentar, seguida pela África do Sul, que ocupa a oitava posição.

Em termos de representação das mulheres no Governo, apenas a África do Sul superou a meta anterior de 30 por cento, mas mais mulheres na região têm agora uma ampla gama de pastas ministeriais, como a política externa, assuntos internos, defesa, finanças, educação, saúde, comércio e indústria.

A publicação centra-se na Parte III do Protocolo sobre Género e Desenvolvimento, que se focaliza a Governação e, especificamente, os seus artigos 12 e 13 relativos a Representação e Participação.

A tendência e análise da situação a nível regional e nacional, bem como a análise comparativa são usadas para localizar a participação das mulheres nas estruturas nacionais e locais de governação, como os parlamentos, governo, justiça, segurança e as instituições de ensino superior.

Lacunas e oportunidades são identificados para a promoção de uma maior participação levando a representação igualitária das mulheres na tomada de decisões nos sectores público e privado, enquanto as lições aprendidas e práticas eficazes são retirados da África Oriental e Austral, bem como de fora da África.

A igualdade de género está firmemente enraizada na agenda de integração regional da SADC e os Estados Membros apoiam o princípio fundamental de que os homens e mulheres devem ser igualmente envolvidos na tomada de decisões em todos os níveis e em todas as posições de liderança.

A maioria dos Países da região reconhece agora que a igualdade de género e a autonomia das mulheres são cruciais para a realização da democracia sustentável.

Isso se reflecte nas constituições da maioria dos países da SADC que fornecem marcos legais para a não discriminação com base em diferenças de género.

Alguns países também têm legislado de acção afirmativa e sistemas de cotas que garantem a participação e representação das mulheres em cargos políticos de tomada de decisão e outros.

No entanto, a implementação destas medidas continua sendo um desafio.

O relatório, publicado conjuntamente pela SADC e pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral, cita vários desafios enfrentados pelos Países em termos de promoção da igualdade de género.

Os desafios vão desde o patriarcado, cultural e social de factores económicos e políticos que tornam difícil para as mulheres atingirem o alto escalão de cargos políticos e de tomada de decisões a todos os níveis. sardc.net □





Cimeira da OMT SADC apela para o livre movimento de pessoas

por Kizito Sikuka

UM VISTO Universal para a África Austral foi um dos temas da actualidade que dominou as discussões durante a Cimeira Mundial do Turismo organizada conjuntamente pela Zâmbia e Zimbabwe, no final de Agosto.

Os passos rumo a um UNIVISA para a região da SADC ganharam um novo impulso durante a 20^a Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo (OMT), realizada conjuntamente em Livingstone, Zâmbia e, Victoria Falls, Zimbabwe, no meio de apelos para a abertura das fronteiras na região como um maneira de impulsionar o turismo.

Tal sistema permitirá que turistas e viajantes circulem suavemente e rapidamente através das fronteiras entre os Estados-Membros, e também vi incentivá-los a visitar mais de um País da região.

Actualmente, os viajantes para a região são obrigados a solicitar um visto de entrada cada vez que pretendem visitar um outro país, uma situação que maioria dos viajantes considera cara, demorada e uma barreira à circulação na região.

A Presidente da SADC e Chefe de Estado do Malawi, Joyce Banda, disse a Assembleia Geral da OMT que a África Austral poderá aumentar sua participação no bolo do turismo global se criar condições que tornam mais fácil viajar pela região.

Ela disse que a maioria dos turistas e viajantes para a região continuam a enfrentar barreiras desnecessárias, que incluem processos complicados de pedido de visto.

"A facilitação de vistos tem o potencial de aumentar a integração regional, o comércio intra-regional e facilitar a circulação de capitais e



Presidentes Robert Mugabe, do Zimbabwe, e Michael Sata, da Zâmbia.

de pessoas entre os Países e regiões", disse ela.

O Presidente Robert Mugabe, do Zimbabwe, e seu homólogo zambiano, Michael Sata, assumiram o compromisso de usar o turismo para impulsionar o crescimento económico e apelaram os Países da SADC para abrir as suas fronteiras através da introdução do UNIVISA regional.

Na preparação para o evento do turismo global, os dois Países concordaram num sistema de fronteiras abertas e descartaram as taxas de visto para os delegados convidados para o evento.

"O facto de actualmente a África só ter uma quota de quatro por cento da receita

global de turismo, apesar dos seus enormes recursos naturais e culturais do turismo, é um assunto de grande preocupação para nós", disse Mugabe.

Ele observou que, para a África para aumentar a sua parte do bolo do turismo global, há necessidade de "desenvolver estratégias que efectivamente atraem turistas para o continente."

"O tipo de fronteira perfeita entre Livingstone e Victoria Falls que foi posto em prática para os fins desta conferência deve ser a regra e não uma excepção para todos os turísticas das comunidades fronteiriças adjacentes ao longo da SADC e, finalmente, de toda a África."

O Presidente Sata concordou,

SADC alogia a Zâmbia e o Zimbabwe

SADC FELICITOU Zâmbia e Zimbabwe pela realização de uma Cimeira global de turismo bem sucedida em Agosto último.

Descrevendo-a como "uma conquista regional", a Presidente da SADC e Chefe de Estado do Malawi, Joyce Banda, disse que a 20^a Sessão da Assembleia Geral da OMT vai ajudar a impulsionar o turismo na região.

"Co-acolher este evento, no Zimbabwe e na Zâmbia, foi uma honra para a SADC", disse ela, acrescentando que ocorreu num momento certo em que "a região identificou o turismo como um dos pilares para o desenvolvimento económico e fortalecimento das nossas comunidades".

Esta foi a terceira vez que o evento decorreu em África depois do Egipto e Senegal, em 1995 e 2005, respectivamente. □



dizendo que as condições rígidas de viagem estavam atrapalhando o desenvolvimento do turismo na região.

"Precisamos de aprender com isso e remover impedimentos de viagens na região", disse ele, acrescentando que, como uma região, "devemos olhar para atrair mais turistas e isso só pode ser feito facilitando as viagens."

O sistema UNIVISA para a SADC, que está na carteira há um longo tempo, está previsto para ser modelado ao longo de linhas semelhantes ao visto Schengen, que permite a livre circulação das pessoas em toda a União Europeia.

Quando totalmente implementado, um visto único para a SADC tem a capacidade de melhorar consideravelmente as viagens e o fluxo de visitantes na região.

A África Austral tem uma gama de atracções exclusivas, incluindo Victoria Falls (Mosi-oa-Tunya) entre a Zâmbia e o Zimbabwe, e as pinturas rupestres em San, no Botswana e outros Países, bem como uma população selvagem de absorção na região.

De acordo com um recente Barómetro do Turismo da OMT, participação de mercado da SADC para as receitas turísticas para a África tem sido consistentemente acima dos 40 por cento, com as chegadas de turistas e receitas turísticas tendo aumentado de 5,6 biliões de dólares norte-americanos, em 2000, para 14,5 biliões de dólares, em 2008.

Outras questões importantes que surgiram na Cimeira, realizada de 24-29 Agosto com a participação de mais de 2.000 delegados, incluem a necessidade de coordenar a comercialização de atracções da região e o desenvolvimento de ligações de transportes. □



Eleições presidenciais podem colocar o Madagascar no caminho da recuperação

O MADAGÁSCAR realizará eleições presidenciais a 25 de Outubro, o possibilita que o País retorne a normalidade após mais de quatro anos de crise constitucional.

O presidente interino Andry Rajoelina e o ex-presidente Marc Ravalomanana - os dois principais rivais no cenário político malgaxe juntamente com Lalao Ravalomanana, a esposa de Ravalomanana, e o ex-presidente, Didier Ratsiraka - não participarão nas eleições.

Esta decisão foi tomada pelo recém constituído Tribunal Eleitoral para evitar a repetição das manifestações que antecederam o golpe de 2009, quando Rajoelina tomou o poder de Ravalomanana, com o apoio dos militares, um método semelhante ao utilizado por Ravalomanana para derrubar seu antecessor, Ratsiraka.

A decisão do tribunal de retirar a candidatura desses políticos das eleições foi bem acolhida pela SADC, União Africana e Nações Unidas.

Pelo menos 33 candidatos vão participar nas eleições, de acordo com uma lista divulgada pelo Tribunal Eleitoral Especial.



Candidatos Presidenciais para as próximas eleições no Madagascar, da esquerda para a direita Pierrot Rajaonarivelo, Hajo Andrianainarivelo, Hery Rajaonarimampianina e Tabera Randriamanantsoa.

Estes incluem quatro membros do governo interino, que são Pierrot Rajaonarivelo (Ministro das Relações Exteriores), Hajo Andrianainarivelo (Ministro do Desenvolvimento e Reforma de Terras), Hery Rajaonarimampianina (Ministro das Finanças) e Tabera Andriamanantsoa (Ministro da Função Pública).

De acordo com a Lei Eleitoral do Madagascar, uma segunda volta deve ser realizada dentro de um mês, caso não haja um vencedor absoluto durante a primeira volta.

As eleições, inicialmente previstas para Maio, foram adiadas três vezes devido a vários desafios, incluindo a recusa por parte dos principais rivais de não participar no processo.

A SADC e a União Africana enviaram missões de observação para as eleições presidenciais do Madagascar. A Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM) é chefiada por Netumbo Nandi-Ndaitwah, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Namíbia.

A nova Secretária Executiva da SADC, o Dra. Lawrence Stergomena Tax, emitiu um comunicado sobre o lançamento da SEOM, descrevendo a eleição como um "marco" e felicitando todos os partidos políticos que participam no processo eleitoral.

A SEOM é guiada pelas disposições e exigências da Constituição de Madagascar, assim como pelo Tratado da SADC, Protocolo da SADC sobre Política, Defesa e Segurança, e pelos Princípios e Normas da SADC sobre Eleições Democráticas.

Tradicionalmente, a observação da SADC é realizada em três fases: o período pré-eleitoral, dia da votação e nas fases pós-eleitorais.

A realização de eleições no Madagascar poderá permitir que o País prossiga com a sua agenda

de desenvolvimento uma vez que a crise constitucional afectou o desenvolvimento. □

Processo eleitoral do Zimbabwe elogiado

OBSERVADORES DA África Austral e outros endossaram as eleições harmonizadas realizadas no Zimbabwe descrevendo-as como livres, credíveis e um verdadeiro reflexo da vontade do povo, anulando efectivamente reivindicações de fraude eleitoral evocada pela oposição em relação a eleições de 31 de Julho.

"Embora concordando que houve questões como o atraso do registo dos eleitores e polarização da imprensa, houve tantos elementos que quando colocados juntos elevam a eleição para uma situação de credibilidade", disse Bernard Membe, chefe da Missão de Observação Eleitoral da SADC (SEOM).

Membe, que é o Ministro das Relações Exteriores da Tanzânia, pediu que a oposição do Zimbabwe a abraçar os resultados e começar a se preparar para as próximas eleições previstas para 2018.

Isso foi repetido por outras missões de observação, incluindo a União Africana e, posteriormente, pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, e muitos outros líderes mundiais.

O Movimento para a Mudança Democrática, formação liderada pelo ex-primeiro-ministro, Morgan Tsvangirai, recusou-se a aceitar o resultado das eleições ganhas pelo Presidente Robert Mugabe, da ZANU PF.

Mugabe obteve mais de 61 por cento dos votos na eleição presidencial contra os 34 por cento de Tsvangirai.

Mugabe foi empossado a 22 de Agosto como presidente para um novo mandato de cinco anos numa cerimónia que contou com a presença de vários líderes africanos e os enviados de todo o mundo. O novo Governo foi anunciado no dia 10 de Setembro. □



Antananarivo, capital do Madagascar.

SADC aprova eleições na Swazilândia

A SADC endossou as eleições parlamentares realizadas a 20 de Setembro na Swazilândia como "ordeiras e pacíficas".

O Chefe da Missão de 24 membros da equipa de Observação Eleitoral da SADC (SEOM), Dr Netumbo Nandi-Ndaitwah, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Namíbia, apelou a todos os candidatos a respeitar a vontade do povo.

O Sistema de governo da Swazilândia é baseado no

princípio de democracia Tinkhundla. Inkhundla ou Tinkhundla é um nome Swazi de um círculo eleitoral.

Com base nesse sistema, os candidatos a eleição parlamentar são os finalistas das suas tribos, e um total de 55 parlamentares são eleitos com base neste este processo.

O Rei Mswati III nomeia mais 10, elevando o número total para 65.

Os membros da 30 membros do Senado também são nomeados, dos quais 20 são nomeados pelo Rei e os restantes 10 são seleccionados pela Assembleia da República.

O Primeiro-Ministro é nomeado pelo Rei. Doze assentos no Senado são ocupados por mulheres desde 2007, uma representação de 40 por cento.

Em todos estes processos, a participação é por um indivíduo, e não por partidos políticos. □



SADC apela a retirada das forças do Ruanda da fronteira da RDC

SADC TEM manifestado preocupação com o envio de tropas ruandesas ao longo da fronteira comum com a República Democrática do Congo, advertindo que as manobras de Kigali podem pôr em perigo a frágil situação política no Leste da RDC.

A Troika do Órgão Político de Defesa e Segurança SADC que se reuniu na capital da Namíbia, Windhoek, em Setembro, disse que o Ruanda deveria retirar as suas tropas da fronteira com a República Democrática do Congo, onde os rebeldes estão lutando contra o governo.

"A Cimeira expressou preocupação com o envio de tropas ruandesas ao longo da fronteira comum com a

República Democrática do Congo e também expressou a esperança de que de Ruanda não esteja interessado em invadir a RDC para não complicar a situação já delicada", refere um comunicado emitido após a reunião da Troika.

O Ruanda enviou centenas de soldados ao longo da fronteira com a República Democrática do Congo no final de Agosto alegando que isto foi "em resposta ao bombardeamento deliberado e intenso sobre o território do Ruanda por militares congolese".

"Nós continuaremos tanto tempo quanto pudermos uma vez que esta provocação já não

pode ser mais tolerada", disse uma porta-voz do Ministério das Relações Exteriores de Ruanda.

Ela acusou as forças da RDC de terem atingido deliberadamente

alvos civis no Ruanda, acrescentando que Kigali havia repetidamente instado Kinshasa para parar os ataques ao seu território, "mas as violações têm aumentado em frequência e intensidade", o que forçou o posicionamento de tropas.

No entanto, a Cimeira do órgão da SADC pediu moderação e apelou ao Ruanda a retirar as suas tropas da região de fronteira para dar uma chance à paz.

A reunião, elogiou o progresso feito na implantação de uma brigada de intervenção internacional no leste da República Democrática do Congo sob os auspícios da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) e ainda agradeceu o Malawi, Tanzânia e África do Sul por terem contribuído com os seus soldados para a brigada.

A Cimeira elogiou a MONUSCO e o exército congolês por "continuar a exercer pressão militar sobre as forças negativas do M23 e outros grupos rebeldes no leste da RDC para garantir que parem com a guerra."

A RDC deslizou para uma crise política no ano passado quando os rebeldes anti-governamentais auto designados Movimento 23 de Março (M23) invadiram e capturaram a cidade de Goma, causando o deslocamento



de pessoas e a perda de vidas e bens.

A Cimeira apelou aos vizinhos da RDC na Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (ICGLR) para "contribuir para a paz, segurança e estabilidade" no País e aumentar a assistência humanitária para aliviar o sofrimento, no leste do País.

O Órgão da SADC saudou a Declaração da Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da CIRGL, realizada em Kampala a 5 de Setembro, especialmente pelo apelo ao retorno das negociações entre o Governo da RDC e da M23.

Foi decidido que o Secretariado da SADC interaja com o Secretariado da ICGLR para preparação de uma cimeira conjunta a SADC/ICGLR o mais breve possível.

A reunião da Troika da SADC foi presidida pelo Presidente da Namíbia, Hifikepunye Pohamba, com a participação do primeiro-ministro do Lesotho, Thomas Thabane, e do Presidente Jakaya Kikwete, da República Unida da Tanzânia, bem como a actual Presidente da SADC, a Presidente Joyce Banda, do Malawi.

A reunião também contou com a presença do presidente da RDC, Joseph Kabila, da Secretária Executiva da SADC, Stergomena Lawrence Tax, e da chanceler Sul-Africana Maite Nkoana - Mashabane. □

UA levanta sanções contra Madagáscar

A UNIÃO Africana suspendeu as sanções contra o Presidente malgaxe Andry Rajoelina e seus partidários, impostas há três anos para encorajar as negociações depois de ele ter tomado o poder através de um golpe de Estado.

O fim das sanções, impostas em Março de 2010, exactamente um ano depois de Rajoelina ter tomado o poder com a ajuda do exército, surge pelo facto do Madagáscar ter decidido realizar eleições presidenciais a 25 de Outubro.

Espera-se que essas eleições ponham termo a longa crise política do País.

O Comissário para a Paz e Segurança na UA, Ramtane Lamamra, disse em Setembro que a UA levantou "imediatamente" as sanções dirigidas contra uma lista de 109 pessoas, incluindo Rajoelina.

Ele disse que as sanções, que incluem o congelamento de activos, foram suspensas

porque Madagáscar estava a caminhar na direcção certa para manter realizar eleições credíveis a 25 de Outubro.

"Há uma completa mudança de circunstâncias, pois agora o processo eleitoral está na pista e essas personalidades, incluindo o próprio presidente, têm desempenhado um papel mais activo", disse Lamamra.

Madagáscar foi suspenso da UA em 2009, mas Lamamra disse que o País iria ser reintegrado como membro após as eleições de Outubro, se forem consideradas credíveis.

"Continuará suspenso até a tomada de posse do novo Presidente, que será eleito antes do fim deste ano", disse ele.

Madagáscar marcou eleições parlamentares para 20 de Dezembro, juntamente com uma segunda volta de eleições presidenciais, caso não haja um vencedor em Outubro. - Sapa □



Parceria China-África A principal força no desenvolvimento global

por Kizito Sikuka

NUMA ALTURA em que a situação socioeconómica mundial sofre algumas mudanças profundas e intrincadas, o florescimento das relações entre a China e a África apresenta um potencial para redefinir o desenvolvimento global.

A China é uma economia emergente, disposta a estabelecer parcerias estratégicas com as economias em desenvolvimento, enquanto a África é uma das regiões de um dos mais rápidos crescimentos do mundo, cada vez mais vista como a próxima fronteira de crescimento global.

A este respeito, o crescente interesse comum e do respeito mútuo entre a China e África apresenta para ambos os lados inúmeras oportunidades para acelerar a sua cooperação socioeconómica, contribuindo para o desenvolvimento global.

Apesar da crise financeira e económica mundial que afectou o mundo desde 2008, o comércio entre a China e a África manteve-se impressionante e crescente.

De acordo com um relatório sobre a cooperação económica e comercial China-África, lançado em Agosto, pelo governo chinês, o comércio entre a África e a China aumentou rapidamente de cerca de 10 biliões de dólares norte-americanos, em 2000, para mais de 198.000 milhões dólares em 2012.

Isso representa um crescimento de 19,3 por cento por ano, e deste, cerca de 85000 milhões dólares norte-americanos foram exportações da China para a África, com mais de 113 biliões de dólares de importações da China provenientes da África. (ver gráfico).

Relativamente ao investimento estrangeiro directo, que caiu para a África desde 2008, uma vez que os seus parceiros tradicionais como a Europa e os Estados Unidos reduziram os seus investimentos em resposta à crise financeira

global, o investimento da China em África tem vindo a aumentar.

Entre 2009 e 2012, o investimento directo da China em África aumentou de 1.440 milhões de dólares para 2.520 milhões dólares, com uma taxa de crescimento anual de 20,5 por cento.

"O rápido crescimento do investimento directo da China em África é indicativo do potencial de desenvolvimento da África e de recurso de investimento, e também da natureza de benefício mútuo da cooperação China - África", refere o documento sobre a cooperação económica e comercial China-África.

Mais de 2.000 empresas chinesas investiram em mais de 50 Países africanos, numa ampla gama de sectores como agricultura, mineração, manufactura, transporte e construção.

No âmbito do Fundo de Desenvolvimento China-África estabelecido pelo Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), a China concordou em investir 2.385 milhões dólares americanos em 61 projectos em 30 Países

africanos, e desde então investiu 1.806 milhões de dólares para 53 projectos.

"De acordo com estatísticas preliminares, o acordado projectos de investimento trará 10 biliões de dólares em investimentos para a África, aumentará as exportações locais por cerca de 2 biliões de dólares por ano e vai beneficiar mais de 700 mil pessoas", diz o documento.

Outras áreas-chave que viram melhoradas as relações e a cooperação incluem a agricultura e o desenvolvimento de infra-estruturas.

Na agricultura, por exemplo, a China ajudou a criar mais de 15

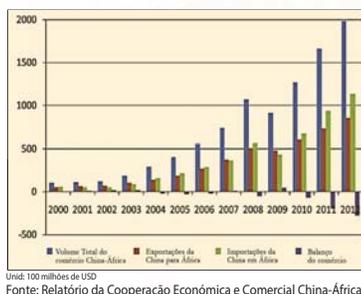
centros de demonstração agrícola em todo o continente, e está planejar estabelecer outros sete.

No que diz respeito as infra-estruturas, a China disse que vai continuar a aprofundar a cooperação com a África em transportes, comunicações e outras áreas de infra-estrutura para melhorar os meios de subsistência e constantemente impulsionar parcerias de construção de infra-estruturas transnacionais e trans-regional sino-africanas.

Uma série de projectos de infra-estruturas de estradas, ferrovias e portos foram implementados.

A China e África, partilham relações cordiais que datam de mais de 50 anos e Beijing tem dito "com um espírito de respeito mútuo e cooperação colectiva, a China vai continuar a tomar medidas concretas para construir uma comunidade Sino-Africano dos destinos compartilhados com todos e uma os cooperação profunda e diversificada". □

Volume do Comércio China-África



Simpósio China-África marcado para Outubro

ESTUDIOSOS DE África e China vão se reunir em Outubro, no Zimbabwe, para discutir formas de partilha de experiências entre as duas regiões.

O Simpósio África China vai decorrer de 22-25 de Outubro em Harare sob o lema "Cinquenta Anos de Cooperação China: Antecedentes, Progresso e Significados - perspectivas africanas nas relações China-África e o Desenvolvimento da Experiência da China".

Os participantes são professores universitários, pesquisadores, funcionários e decisores políticos da África e da China, e estes incluem homens, mulheres e jovens.

Durante cada sessão haverá oradores chineses e africanos para dar as suas perspectivas e permitir uma rica discussão. Alguns dos temas são:

- Relações China-África . Sucessos dos últimos 50 anos de desenvolvimento e influência sobre as relações internacionais.
- Experiência de Desenvolvimento da China.

Política e de governação, desenvolvimento económico, incluindo a agricultura, a industrialização, o comércio e o desenvolvimento de infra-estruturas e prática diplomática.

- Perspectivas de Desenvolvimento da África. Perspectivas da relação entre o desenvolvimento da China e do desenvolvimento da África, e situação e desafios actuais e do futuro.

O simpósio está sendo co-organizado pelo Instituto de Estudos Sino-Africanos na África Austral (ICASSA), Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) e Embaixada da República Popular da China, no Zimbabwe. □





ÁFRICA AUSTRAL HOJE

SADC HOJE Vol 15 No 6 Outubro 2013

ÁFRICA AUSTRAL HOJE

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral

Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR

Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL

Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglina Tauya, Admir Ndhlovu,
Phyllis Johnson, Patience Ziramba, Shirley Pisirai,
Teclah Mungwari.

TRADUTOR

Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é apoiado pelo Ministério Norueguês dos Negócios Estrangeiros, em apoio ao Grupo Temático dos Parceiros Internacionais de Cooperação no Sector de Energia da SADC, que é presidido pela Noruega.

© SADC, SARDC, 2013

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sadc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO

Tonely Ngwenya
Anisha Madanhi

PHOTOS AND ILLUSTRATIONS

P1 malawi.gov.mw, www.sadc.int, www.gov.na; P2 www.sadc.int;
P4 pesatimes.com, K Sikuka SARDC, www.sadc.int, nyasatimes.com;
P5 nyasatimes.com, K Sikuka SARDC, sadc.int; P6 P Johnson SARDC, www.blogspot.com;
P7 ezambia.com; P8 SAPP; P9 windturbineshome.net, harare24.com;
P10 www.sadc.int, SARDC; P11 unwtwo.org, nehandaradio.com,
herald.co.zw, malawi.gov.mw; P12 www.madagascar.net; P13 www.drc.com;
P14 china.org.cn, www.au.int, T Mbedzi SARDC; P16 www.madagascar.net

Subscreva Hoje

ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral

15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690,
Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271
E-mail sadctoday@sadc.net

www.sadc.net
Conhecimento para o Desenvolvimento



Eventos Outubro – Dezembro 2013

Outubro	
30 Setembro- 4 Outubro, Namíbia	Comissão de Florestas e Fauna Bravia A Comissão Africana de Vida Selvagem e Florestal da é uma das seis comissões florestais regionais estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura para servir de um fórum político e técnico visando discutir e resolver questões florestais numa base regional.
1-2, Zâmbia	Diálogo multisectorial sobre Água na SADC O Diálogo multisectorial sobre Água na SADC é uma iniciativa de toda a região que reúne os detentores de poder de decisão políticas em todos os sectores económicos e de desenvolvimento para avaliar os desafios de desenvolvimento da região. O 6º Diálogo multisectorial sobre Água vai debater as relações entre a água, energia e alimentos.
15-17, Zimbabue	Consulta Técnica Continental sobre Medidas de Redução de Drogas Esta é a segunda consulta técnica continental que visa operacionalizar o Plano de Acção para o Controlo de Drogas (2013-2017) adoptado em 2012 pela União Africana.
15-18, Tanzânia	Conferência Africana sobre o Clima 2013 A Conferência Africana sobre o Clima 2013, convocada pelo Programa Mundial de Pesquisa do Clima e pelo Centro Africano de Política do Clima, vai reunir diversas entidades para identificar o estado do conhecimento sobre o sistema climático Africano, apresentar uma agenda Africana para a pesquisa do clima futuro e desenvolver um quadro para integração das Mudanças Climáticas na política.
22-25, Zimbabue	Simpósio China - África O foco do Simpósio é " Cinquenta Anos de Cooperação China: Antecedentes, Progresso e Significados - perspectivas africanas nas relações China-África e o Desenvolvimento da Experiência da China" .Os participantes, incluindo académicos, pesquisadores, funcionários e decisores políticos de vários Países africanos e da China, vão discutir aspectos-chave da experiência de desenvolvimento chinês e possíveis lições para África. O evento é apoiado pelo Fórum de Cooperação China - África.
25, Madagáscar	Eleições presidenciais no Madagáscar A SADC enviou uma missão de observação eleitoral para as eleições presidenciais há muito esperadas no Madagáscar. <i>Consulte a página 12.</i>
27-31, Alemanha	Semana Mundial do Solo A 2ª Semana global do solo reúne especialistas e interessados de todo o mundo para discutir o cuidado e manejo do solo e a sustentabilidade da agricultura e da segurança alimentar num clima em mudança. Intervenções da África Austral incluem o papel dos sistemas de conhecimento indígenas na Gestão Sustentável de Terras, através da SARDC, no Centro de Recursos Ambientais I. Musokotwane para a África Austral (IMERCSA).
Novembro 25, Global	Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres A Assembleia Geral da ONU designou 25 de Novembro como o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres e convidou os governos, organizações internacionais e grupos da sociedade civil para organizar actividades para sensibilizar o público
25 Novembro- 10 Dezembro	16 Dias de Activismo de Não-Violência Contra as Mulheres e Crianças Os 16 Dias de Activismo de Não-violência Contra a Mulher e da Criança é uma campanha internacional. Ele ocorre todos os anos a partir de 25 Novembro - 10 Dezembro (Dia Internacional dos Direitos Humanos).
Dezembro 1, Global	Dia Mundial do SIDA O tema global do Dia Mundial de Luta contra o SIDA, anunciado em 2011 e funcionando até 2015, envolve três mensagens: zero novas infecções por HIV - Discriminação Zero - zero mortes relacionadas com o SIDA. Os governos e actores não estatais escolhem, anualmente um ou todos os zeros que melhor atendam as suas respectivas situações.

20 Anos depois

Constituição da África do Sul

ESTE ANO marca 20 anos desde a adopção de uma Constituição interina que marcou a transição para o governo da maioria na África do Sul e realização das primeiras eleições gerais não raciais.

Três anos de negociações levaram a um acordo sobre uma Constituição interina entre o regime do apartheid liderado pelo Partido Nacional Sul-Africano e do movimento de libertação, o Congresso Nacional Africano (ANC), além de outras 18 partes a 18 de Novembro de 1993.

A Constituição provisória foi aprovada pela última sessão do Parlamento racial da África do Sul a 22 de Dezembro de 1993 e entrou em vigor a 27 de Abril de 1994. Ela foi substituída pela Constituição definitiva a 4 de Fevereiro de 1997, como a Constituição da República da África do Sul.

A Constituição transitória previa uma Assembleia Constituinte eleita encarregada de elaborar uma constituição permanente dentro de dois anos.

A Declaração de Harare do Comité Ad-Hoc sobre a África Austral e, em seguida, da Organização de Unidade Africano (OUA) em Agosto de 1989 pôs em marcha a transição democrática da África do Sul.

A declaração apelou pela igualdade de direitos à dignidade humana e respeito na África do Sul, independentemente de raça, cor, sexo ou credo, e exigiu a formação de um sistema político no qual todos os homens e mulheres têm o direito e o dever de participar como membros iguais da sociedade.

"Nenhum indivíduo ou grupo de indivíduos tem qualquer direito de governar os outros sem o seu consentimento", diz a declaração.

As negociações formais para uma Constituição de transição Sul-

Africana começaram em Dezembro de 1991 na Convenção para uma África do Sul Democrática (CODESA).

As negociações fracassaram várias vezes uma vez que as partes tinham de chegar a um acordo sobre vários assuntos, incluindo o processo pelo qual essa Constituição seria elaborada e aprovada.

O ANC insistia que ela devia ser elaborada por uma Assembleia Constituinte eleita democraticamente, enquanto o Partido Nacional, no poder, temia que os direitos das minorias não seriam protegidos em tal processo, e propunha que a Constituição fosse negociada por consenso entre as partes e, em seguida, fosse submetida a um referendo.

As partes concordaram num processo em que uma Constituição de transição negociada seria elaborada por uma Assembleia Constituinte eleita para elaborar uma Constituição permanente.

Outro grande ponto de controvérsia foi o tamanho da maioria que seria necessária para adoptar a Constituição, com o Partido Nacional insistindo numa exigência de 75 por cento que efectivamente poderia dar um veto.

A Constituição Provisória de 1993, muitas vezes descrita como um "tratado de paz" para a África do Sul, essencialmente, sinalizou o fim do conflito anti-apartheid e forneceu a base para a nova Constituição.

Com a aprovação da nova Constituição, os líderes de todas as partes renunciaram ao passado racista e abraçaram uma Lei dos Direitos dos Sul-Africanos, abarcando a liberdade de expressão, movimento, actividade política e outras liberdades que no passado eram reservadas para brancos. □



Sua Excelência Philibert Tsiranana, primeiro Presidente do Madagáscar

Autonomia do Madagáscar do jugo francês

PASSAM 55 anos desde o referendo histórico que marcou o início da autonomia política para Madagascar depois que a França concordou em permitir que os seus "territórios ultramarinos" passassem a decidir seu próprio destino. Num referendo realizado a 28 de Setembro de 1958, Madagáscar votou pela autonomia no seio da comunidade francesa e, a 14 de Outubro, foi proclamada a República Autónoma Malagasy, com Philibert Tsiranana como chefe do governo provisório. Tsiranana foi eleito Presidente da República e foi fundamental para a obtenção de sua independência a 26 de Junho de 1960. Ele permaneceu no poder até 1972.

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Outubro - Dezembro 2013

4 Outubro	Dia da Paz e Reconciliação Nacional	Moçambique
4 Outubro	Dia d Independência	Lesotho
14 Outubro	Dia do Mwalimu Julius Nyerere	Tanzânia
15 Outubro	Dia d Mãe	Malawi
24 Outubro	Dia d Independência	Zâmbia
1 Novembro	Dia de Todos os Santos	Madagáscar, Maurícias, Seychelles
2 Novembro	Dia da Lembrança	Angola
11 Novembro	Dia da Independência Nacional	Angola
1 Dezembro	Dia do Incwala	Swazilândia
8 Dezembro	Imaculada da Conceição	Seychelles
9 Dezembro	Dia da Independência	Tanzânia
10 Dezembro	Dia Internacional dos Direitos Humanos	Namíbia
16 Dezembro	Dia da Reconciliação	África do Sul
17 Dezembro	Feriado Público	África do Sul
22 Dezembro	Dia da Unidade Nacional	Zimbabue
23 Dezembro	Ferido Público	Zimbabue
25 Dezembro	Dia da Família Natal	Angola, Moçambique SADC
26 Dezembro	Dia da Boa Vontade	África do Sul
	Dia da Família	Namíbia
	Dia do Boxe	Botswana, Lesotho, Swazilândia, Tanzânia, Zimbabue

Um futuro comum na comunidade regional